## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_\_, DE 2019 (Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de diligência desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Comunidade Santa Luzia, localizada na Cidade Estrutural-DF, para tratar sobre violações de direitos de Crianças e Adolescentes no acesso à agua potável, educação, saneamento, moradia digna, dentre outras situações degradantes.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de diligência desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Comunidade Santa Luzia, localizada na Cidade Estrutural-DF, para tratar sobre violações de direitos de Crianças e Adolescentes no acesso à agua potável, educação, saneamento, moradia digna, dentre outras situações degradantes.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Requerimento busca, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizar diligência, com vistas tratar das violações de direitos humanos na Comunidade Santa Luzia, notadamente de Crianças e Adolescentes, no acesso a serviços básicos como o acesso à água potável, saneamento e moradia digna.

No dia 16 de setembro de 2019, o nosso mandato realizou diligência ao Setor Habitacional Santa Luzia – Região Administrativa da Estrutural – Distrito Federal, em resposta à solicitação de lideranças comunitárias do referido setor, que denunciaram a irregularidade/escassez do fornecimento de água pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB à comunidade, desde o mês de janeiro de 2019.

A Santa Luzia é uma área de ocupação não regularizada, situada entre o extinto Lixão da Estrutural e o Parque Nacional de Brasília, ocupada há cerca de dezoito anos, hoje habitada por cerca de onze mil pessoas. A ocupação da referida área foi realizada pelos (as) trabalhadores (as) do Lixão da Estrutural, e ampliada à medida que seus filhos (as) constituíam suas famílias, e buscavam espaços para residirem.

A condição de vida indigna das famílias ali residentes piorou de forma substancial, desde a suspensão do acesso ao fornecimento da água, iniciado em janeiro de 2019. Segundo relatos, desde então as lideranças locais se organizaram no sentido de a CAESB restabelecer o fornecimento de água, mas não obtiveram êxito. Assim, após os moradores denunciarem a situação à imprensa, mostrando o descaso com as crianças e o risco a que estão submetidas, o Governo do Distrito Federal passou a fornecer água, por meio de um caminhão pipa, que passa três vezes por semana. Todavia, a ação foi apenas paliativa e não resolveu a situação dos moradores, os quais estão apreensivos com a iminência de serem removidos da área pelo governo.

Diante do exposto, julgamos fundamental e urgente a realização de diligência para averiguar a situação em comento, razão pela qual solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em\_\_\_\_de 2019.

Deputada ERIKA KOKAY - PT/DF